

# **Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono**

Leandro Pereira Gonçalves

Maria Inácia Rezola

(organizadores)



Imprensa  
de Ciências  
Sociais

# Índice

<b>Autores</b> .....	9
<b>Sob o signo da ditadura: Estado, Igrejas e religiosidade no espaço lusófono</b> .....	15
<i>Leandro Pereira Gonçalves e Maria Inácia Rezola</i>	
Capítulo 1	
<b>O anticomunismo católico e a ditadura de 1937</b> .....	27
<i>Rodrigo Patto Sá Motta</i>	
Capítulo 2	
<b>O catolicismo no Brasil do período Vargas: imbricações entre religião, política e espacialidade (1930-1945)</b> .....	57
<i>Cândido Moreira Rodrigues e Renato Amado Peixoto</i>	
Capítulo 3	
<b>Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964-1985)</b> .....	87
<i>Gizele Zanotto</i>	
Capítulo 4	
<b>Mirando o espelho atlântico: Alceu Amoroso Lima e Portugal – do Estado Novo à Revolução dos Cravos</b> .....	121
<i>Marcelo Timotheo da Costa</i>	
Capítulo 5	
<b>Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século xx</b> .....	159
<i>Paulo Fontes</i>	
Capítulo 6	
<b>«O sagrado vínculo do matrimónio não está sujeito ao arbítrio da vontade humana»: a ‘intemporalidade’ cristã em confronto com a modernidade (séculos XIX-XXI)</b> .....	203
<i>Rita Almeida de Carvalho</i>	

Capítulo 7

- Estado Novo e a Igreja Católica: nem paz, nem guerra. A gestão política interna e externa por Salazar de uma segunda separação** ..... 219  
*Bruno Cardoso Reis*

Capítulo 8

- O catolicismo português e o debate sobre o desenvolvimento económico na década de 1960** ..... 249  
*Nuno Estêvão Ferreira*

Capítulo 9

- «De utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador»: a política missionária no Império Colonial Português durante o Estado Novo (C. 1930-1960)** ..... 277  
*Hugo Gonçalves Dores*

Capítulo 10

- Uma Igreja ambivalente: os católicos angolanos entre a «portugalidade» e a subversão da ordem colonial** ..... 307  
*Maria Da Conceição Neto*

Leandro Pereira Gonçalves  
Maria Inácia Rezola

## Sob o signo da ditadura: Estado, Igrejas e religiosidade no espaço lusófono

O mundo lusófono apresenta-se como um vasto campo de estudo para os historiadores e os cientistas sociais em geral. Apesar de todos os progressos alcançados, é perceptível a necessidade de aprofundar as relações e a partilha de conhecimento entre investigadores do amplo espaço que constitui a lusofonia assim como a urgência em divulgar, junto de um público mais alargado, o resultado das pesquisas em curso. Promovida pela Rede «Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em português»,<sup>1</sup> a coleção «Conexões lusófonas» propõe-se responder a esses desafios. O primeiro volume da coleção foi lançado em junho de 2017 sob o título *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*.<sup>2</sup> A obra coletiva que agora apresentamos subordina-se ao tema «Igrejas e ditaduras no Mundo Lusófono».

Tendo implícita a análise da natureza, dos propósitos e limites das competências do Estado e das Igrejas em diferentes contextos geográficos e temporais, o estudo das relações entre o Estado e as confissões religiosas sempre se revestiu de particular interesse.

---

<sup>1</sup> Cf.: <http://rededespesquisa.wixsite.com/conexoeslusofonas>.

<sup>2</sup> Maria Paula Araújo, e António Costa Pinto, *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos* (Recife; Rio de Janeiro: EDUPE; Autografia, 2017).

As profundas transformações (políticas, económicas, sociais e culturais) que se operam ao longo do «curto século XX», sobretudo sob o signo das ditaduras, complexificam a interação entre religião e política e, conseqüentemente, as relações entre as Igrejas e o Estado. Esta realidade exige que se procurem novos ângulos de abordagem que ultrapassem a análise das relações institucionais, destacando, por exemplo, o lugar das Igrejas no espaço público ou o papel dos católicos na sociedade e no aparelho de Estado.

De facto, o estudo das relações entre ditadura e Igrejas no mundo lusófono coloca ao investigador múltiplos desafios. De entre estes destacam-se, desde logo, os decorrentes da longa duração das experiências ditatoriais (1926-1974 no caso português, e no brasileiro em duas fases, 1937-1945 e 1964-1985) e da natureza dos regimes. Saliente-se ainda que, ao contrário do que julga o senso comum, não existe uma relação direta entre clericalismo e ditadura.

Em Portugal, a Igreja Católica dominou o fenómeno religioso desde os primórdios da nacionalidade e evidenciou-se, até há bem pouco tempo, como a primeira das instituições da sociedade civil. Inevitavelmente, o catolicismo constitui uma dimensão central no regime ditatorial português (1933-1974), nomeadamente na sua fase de institucionalização e consolidação (anos 30-40). A confiança que a Igreja deposita no regime e o bom acolhimento que lhe confere são fatores que vão influir no seu próprio processo de reorganização, cujo sinal mais visível é a criação da Ação Católica Portuguesa (ACP). No entanto, e apesar da ampla área de influência de que usufrui, a Igreja é excluída da ação política e sindical autónoma, processo que não foi isento de tensões.

No Brasil, o poder católico esteve presente de forma maioritária em ações políticas e culturais. No entanto, destaca-se que a relação não ocorreu em uma única via religiosa. O crescimento de outros grupos religiosos promoveu uma força atrelada ao Estado em vários períodos, principalmente no apoio político, definido pela luta contra o comunismo nas fases de crises que culminou com a ditadura varguista (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985).

Finalmente, cumpre assinalar que, quer no Brasil, quer em Portugal, o regime de separação (cordial no caso brasileiro e conflituoso no português) foi instaurado durante a República. Nem o Estado Novo de Salazar nem as ditaduras brasileiras o põem em causa, gerando um complexo e estimulante quadro de investigação.

Na realidade, o estudo das relações entre ditadura e Igrejas no espaço lusófono exige a convocação de uma série de dimensões, níveis de análise, impondo, em simultâneo, a evocação de um amplo leque de atores, espaços e tempos, numa constante contextualização que tenha em conta as realidades nacionais e internacionais.

O edital que esteve na origem da presente colectânea procurou não escamotear esta complexidade e estimular a diversidade temática, apelando ao envio de trabalhos que versassem não apenas sobre as relações entre Igrejas e Estado em ditadura mas também sobre questões como o papel das Igrejas na luta contra as ditaduras, o seu posicionamento relativamente a contextos de guerra e luta armada, e o lugar da religião e dos crentes na sociedade. Da mesma forma, abriu-se um amplo leque de possibilidades relativamente à abordagem e perspectivas de análise, chamando a atenção para o interesse no estudo de trajetórias de vida, do pensamento e do papel de intelectuais, a análise de testemunhos escritos e depoimentos produzidos com a metodologia de história oral. A abrangência de temática e perspectivas pretendeu promover uma obra que espelhasse tanto a variedade das abordagens como a diversidade dos estudos promovendo a análise comparada.

O repto lançado pelos coordenadores da obra teve eco junto de um conjunto de académicos e investigadores cujas obras constituem referências incontornáveis para os que se propõem estudar as relações entre Igrejas e Estado no mundo lusófono. A todos agradecemos o empenho para que este projeto se concretizasse.

Apresentando uma significativa diversidade temática e metodológica, a obra organiza-se em 10 capítulos. O primeiro é da autoria de Rodrigo Patto Sá Mota que, tendo dedicado uma parte importante da sua pesquisa a uma dimensão até então pouco conhecida dos movimentos conservadores e direitistas brasileiros (de que resultou, entre outras, a obra *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o Anticomunismo no Brasil 1917-1964*, Editora Perspectiva, 2002), analisa o fenómeno do anticomunismo católico no Brasil na década de 30.

Integrada num movimento mais amplo que teve o seu auge no contexto da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), e que teve também repercussões em Portugal, a ofensiva anticomunista católica no Brasil coincidiu com a onda antibolchevique provocada pelo levantamento revolucionário de novembro 1935

que mobilizou vários setores da sociedade brasileira. A cruzada então desencadeada constitui uma peça importante da estratégia de mobilização política e eleitoral dos católicos nos anos 30, em que se nota a força do argumento anticomunista e a aproximação com o imaginário fascista, um processo estreitamente ligado à estratégia da Igreja que visava aumentar a sua influência junto do Estado republicano.

Analisando o fenómeno em detalhe, Rodrigo Mota deixa patente o apoio entusiástico da Igreja e dos ativistas leigos à escalada repressiva e autoritária que culminará na implantação da ditadura de 1937. Segundo o autor, o «golpe de 1937 foi baseado em uma farsa, na medida em que o perigo vermelho foi artificialmente exagerado e a ditadura não era necessária para combatê-lo». Como revela neste artigo, o ativismo católico contribuiu para o incremento dos valores direitistas e ajudou a preparar o terreno para o golpe que abre portas ao Estado Novo brasileiro.

O segundo capítulo da obra analisa a presença da Igreja Católica na sociedade brasileira no período de 1930 a 1945, destacando não apenas as dimensões do poder mas também o seu hibridismo e a inscrição da identidade católica. O objetivo de Candido Rodrigues e Renato Amado Peixoto, seus autores, foi o de discutir a presença do catolicismo no Brasil do primeiro período Vargas, particularmente as suas interligações com o poder político, sejam elas institucionais e/ou de sociabilidade. Para tal, revelou-se-lhes fundamental pensar algumas questões a partir da lógica das relações com o poder, evidenciadas nas escalas espaço-temporais de um Brasil diverso.

Da mesma forma, considerando o processo pelo qual a Igreja Católica se coloca na sociedade brasileira nas quatro primeiras décadas do período republicano, e as suas formas de interação e «reaproximação» com o poder político, afigurou-se-lhes evidente que tal processo se torna mais inteligível a partir do estudo das suas investidas junto ao laicato e aos intelectuais. Neste sentido, propõem-nos pensar o Centro D. Vital, a revista *A Ordem* e seu líder Alceu Amoroso Lima, enquanto realidades significativas e relevantes para a compreensão do que se denominou «projeto de recatolização do Brasil», comandado por D. Sebastião Leme.

Segundo Candido Rodrigues e Renato Amado Peixoto, um aspeto tem sido pouco notado nos estudos que tocam em tais temas, ignorando-se frequentemente que o projeto de recatoli-